



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Boletim de
TRABALHO
DO RIO GRANDE DO SUL



V. 3 N. 3



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 3, N. 3, outubro 2021

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 3	n. 3	p. 1-21	out. 2021
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
R. Duque de Caxias, 1691
Porto Alegre - RS - 90010-281
Fone: (51) 3216-9000
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach
Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: César Stallbaum Conceição
Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner
Normalização Bibliográfica: Kátia Midori Hiwatashi
Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021	5
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	7
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	9
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	11
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	12
2 A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NO RS: DESEMPENHOS SETORIAIS, DIFERENÇAS REGIONAIS, ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES E MODALIDADES DE CONTRATO	13
2.1 OS RESULTADOS DO ESTADO EM UMA PERSPECTIVA NACIONAL	14
2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO RS	15
2.3 A EXPANSÃO DIFERENCIADA DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	17
2.4 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO	18
REFERÊNCIAS	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

A seção 1 deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** trata de aspectos básicos do desempenho do mercado de trabalho do Estado no segundo trimestre de 2021, tendo sido elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizam-se, como principais referências comparativas para o Estado, os indicadores médios do País, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo.

No que diz respeito ao engajamento na força de trabalho, a **taxa de participação na força de trabalho** (TPFT), no Estado, teve um acréscimo no segundo trimestre de 2021, frente ao primeiro, o qual foi superior ao do País e ao do Paraná, semelhante ao SP e inferior ao de Santa Catarina; em comparação ao mesmo trimestre de 2020, a taxa de participação na força de trabalho manteve-se estável no RS, assim como em Santa Catarina; no País e em SP, houve elevação, e, no Paraná, queda.

O **nível de ocupação** (NO) do RS aumentou em relação ao primeiro trimestre de 2021, com o que o contingente de ocupados passou a se situar em 5.318 mil pessoas. O incremento do NO do RS foi próximo ao do País e ao de São Paulo, superior ao do Paraná e inferior ao de Santa Catarina. Na comparação interanual, o NO do Estado, assim como os de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, registrou estabilidade, enquanto o do País evidenciou aumento.

A **taxa de informalidade** do Estado teve elevação no 2.º trimestre de 2021, frente ao trimestre imediatamente anterior; tal acréscimo foi inferior ao do País, ao do Paraná e ao de São Paulo; Santa Catarina registrou redução da taxa de informalidade nessa referência comparativa; quando se coteja o segundo trimestre de 2021 com mesmo trimestre de 2020, a taxa de informalidade também evidenciou elevação no RS; esse aumento foi semelhante ao de Santa Catarina e inferior ao do País, ao do Paraná e ao de São Paulo.

A **taxa de desocupação** do RS permaneceu estável, tanto na comparação entre o segundo trimestre de 2021 com o primeiro quanto em relação ao segundo trimestre de 2020; comportamento semelhante foi verificado no Paraná e em São Paulo; no País, o indicador teve redução frente ao primeiro trimestre de 2021 e aumento em comparação ao mesmo trimestre do ano

anterior; nesta última referência comparativa, Santa Catarina registrou redução da taxa de desocupação.

Utilizando-se o mais amplo indicador de subutilização da força de trabalho — a **taxa composta de subutilização da força de trabalho** (TCSFT) —, este evidenciou, no RS, estabilidade na comparação entre o segundo trimestre de 2021 e o primeiro; tal comportamento foi semelhante ao do Paraná e ao de São Paulo, enquanto o País e Santa Catarina tiveram redução do indicador; já na comparação com o segundo trimestre de 2020, a taxa composta de subutilização da força de trabalho registrou queda no RS e em Santa Catarina e estabilidade no País, no Paraná e São Paulo.

O **rendimento médio real habitual dos ocupados** no RS, no segundo trimestre de 2021, em relação ao primeiro trimestre, teve redução, assim como no País, enquanto, em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, permaneceu estável; na comparação interanual, o indicador registrou estabilidade no RS e em Santa Catarina e teve quedas no País, em São Paulo e no Paraná.

A **massa de rendimento real habitual** dos ocupados ficou estável no RS, bem como nos outros dois estados da Região Sul, em São Paulo e no âmbito do País, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o primeiro. Em termos do comportamento interanual do indicador, também se constatou uma situação de estabilidade da massa de rendimento habitual dos ocupados, à exceção do Paraná, que registrou retração.

Na segunda seção, o Boletim concentra-se na movimentação de trabalhadores formais, utilizando como fonte o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O Rio Grande do Sul registrou, em agosto último, a geração de 11,8 mil vínculos formais, crescimento de 0,45% relativamente a julho; nos oito primeiros meses deste ano, acumulou aumento de 118,8 mil vínculos (4,70%); e, no transcurso de 12 meses, expansão de 7,65%, com 188,1 mil empregos adicionados. Ao final de agosto, no Estado, o estoque de empregos formais captado pela fonte era de 2.645.621.

Esses resultados não colocam o RS em uma posição destacada quando comparados aos das demais unidades da Federação, tendo o Estado ocupado a 26.ª colocação na variação agosto/julho e a 22.ª nos outros dois recortes temporais.

A indústria foi o setor que apresentou as mais expressivas variações percentuais e os maiores saldos absolutos no Estado, tanto nos oito primeiros meses de 2021 quanto no período de 12 meses. Neste último recorte temporal, o setor cresceu 10,3%, com 65,2 mil

vínculos adicionais. Os segmentos industriais com maior dinamismo, do ponto de vista do emprego, foram o de máquinas e equipamentos e o coureiro-calçadista, em volumes de vínculos; como variação percentual, destacaram-se equipamentos de transporte exceto automotores e a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. Seguindo-se à indústria, o comércio foi o segundo setor em crescimento relativo (8,4%), enquanto o setor serviços gerou o segundo maior número de vínculos (62,4 mil).

As nove Regiões Funcionais (RFs) gaúchas tiveram crescimento do emprego formal nos 12 meses analisados. A liderança, com 13,1%, foi da RF4 (Litoral Norte), possivelmente beneficiada por um incremento populacional associado à pandemia. Seguiram-se, em intensidade, as regiões localizadas no norte do Estado (Fronteira Noroeste, Norte e Serra), em cujas estruturas produtivas as atividades industriais, especialmente a produção de máquinas e equipamentos, têm forte presença. Os resultados menos expressivos ocorreram na RF6 (Campanha e Fronteira Oeste) e na RF2 (Vales do Taquari e Rio Pardo), com 4,7% e 5,2% de crescimento respectivamente. Na primeira delas, a agropecuária detém maior relevância do que no conjunto do RS, e os efeitos da estiagem que afetou uma parcela dos 12 meses analisados tendem a ter sido mais intensos; na segunda, é muito relevante o segmento de produtos do fumo, que teve a maior retração absoluta no período (-2,3 mil vínculos, ou -21,2%).

Dos empregos acrescidos ao mercado formal de trabalho gaúcho nos últimos 12 meses, houve uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres; participação desproporcionalmente elevada de jovens de até 24 anos (que representaram 66,5% dos 188,1 mil vínculos gerados no RS) e uma clara predominância dos indivíduos com ensino médio completo.

Em seu conjunto, os contratos de aprendiz, trabalho intermitente e temporário corresponderam a 5,5% do volume de vínculos formais acrescido ao estoque do mercado de trabalho gaúcho entre setembro de 2020 e agosto de 2021.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021

Em 2020, durante a recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e, no caso específico do RS, por um fenômeno climático adverso, a intensa estiagem, o mercado de trabalho teve um desempenho bastante desfavorável, que se prolongou até o terceiro trimestre. A melhora ocorrida em alguns dos seus principais indicadores — como, por exemplo, o nível de ocupação —, no quarto trimestre de 2020, em relação ao trimestre imediatamente anterior, foi claramente insuficiente para recuperar as perdas verificadas até então. Não obstante a continuidade do processo de recuperação econômica, a situação geral do mercado de trabalho do RS não se modificou de forma substantiva no primeiro trimestre de 2021.

Quanto ao desempenho econômico no segundo trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do País registrou uma variação negativa de 0,1% frente ao trimestre imediatamente anterior — série com ajuste sazonal —, interrompendo a recuperação que vinha tendo desde o terceiro trimestre de 2020 (IBGE, 2021a). No que diz respeito ao RS, o PIB, no segundo trimestre, em relação ao primeiro trimestre de 2021, teve uma *performance* superior à do País, com uma variação positiva de 2,5%, confirmando, no âmbito estadual, a continuidade do processo de recuperação econômica (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

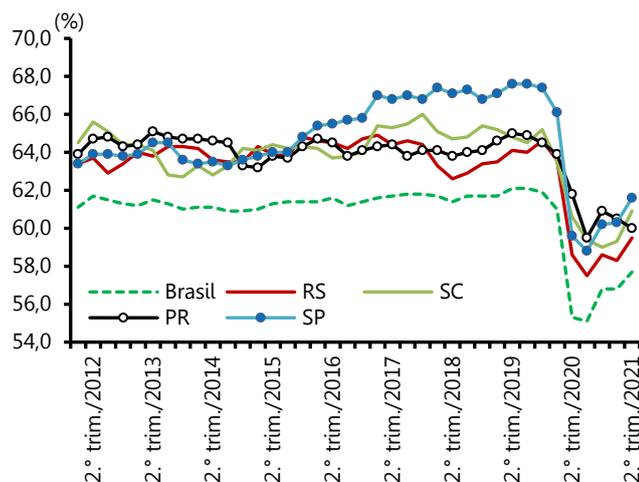
Esta seção trata de aspectos básicos do desempenho do mercado de trabalho do Estado no segundo trimestre de 2021, tendo sido elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizam-se, como principais referências comparativas para o Estado, os indicadores médios do País, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo. A seção está organizada em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por fim, faz-se uma síntese das suas principais evidências empíricas.

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

A participação da população na força de trabalho (FT) havia evidenciado queda muito expressiva durante a pandemia de Covid-19, até a metade de 2020, devido às medidas de distanciamento social e à consequente redução da mobilidade, coetâneas à retração da atividade econômica. A partir do terceiro trimestre de 2020, todavia, observou-se um processo de retorno gradativo da população à FT.

No 2.º trim./2021, a taxa de participação na FT (TPFT)¹, em relação ao trimestre imediatamente anterior, evidenciou acréscimo de 1,2 ponto percentual no RS, passando para 59,5% (**Gráfico 1**). Esse aumento foi superior ao observado no País (0,9 ponto percentual), próximo ao de São Paulo (1,3 ponto percentual) e inferior ao de Santa Catarina (1,6 ponto percentual). De forma distinta, o Paraná registrou uma oscilação de -0,5 ponto percentual em sua TPFT, a qual não teve significância estatística. Ao se cotejar esse indicador com o do 2.º trim./2020, a TPFT do RS, assim como a de Santa Catarina, manteve-se estável — as oscilações de ambas não tiveram significância estatística —, a do País e a de São Paulo registraram acréscimos de 2,4 pontos percentuais e de 2,0 pontos percentuais respectivamente, e a do Paraná, uma retração de 1,8 ponto percentual.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

¹ A taxa de participação na força de trabalho é obtida pela divisão da força de trabalho pela população em idade de trabalhar, que

Box A - Participação feminina na força de trabalho do Rio Grande do Sul, durante a pandemia de Covid-19

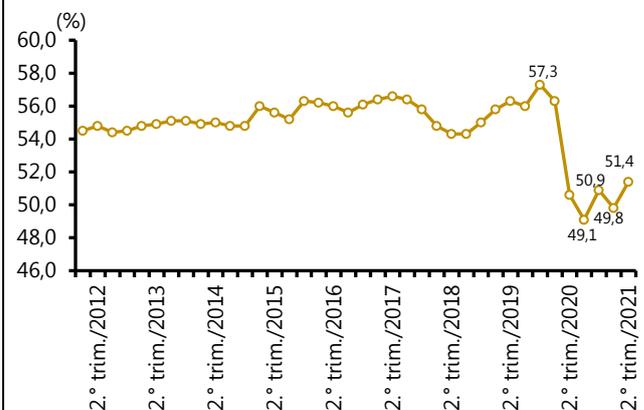
A pandemia de Covid-19 trouxe consigo uma redução expressiva da taxa de participação na força de trabalho (TPFT) agregada no Rio Grande do Sul. O indicador, que se situava em 64,6% no quarto trimestre de 2019, teve uma queda para 58,6% no quarto trimestre de 2020, o que correspondeu a uma retração de 471 mil pessoas na força de trabalho (FT) estadual. Esse comportamento da FT foi uma decorrência das medidas de distanciamento social, de redução da mobilidade e da recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19. Ele foi também propiciado pela existência de um programa de transferência de renda do Governo Federal a partir de abril de 2020 — o Auxílio Emergencial —, o qual possibilitou que parte dos trabalhadores informais e da população mais vulnerável ficasse afastada do mercado de trabalho.

Quando se segmentam os dados por sexo, é necessário destacar o impacto que a pandemia de Covid-19 teve sobre a participação feminina na FT do Rio Grande do Sul (**Gráfico A**). Conforme se pode constatar, a TPFT das mulheres no Estado havia se situado no nível máximo global da série temporal da PNAD Contínua no quarto trimestre de 2019, quando atingiu 57,3%. No quarto trimestre de 2020, esse indicador havia declinado para 50,9%, o que representou uma retração de 238 mil mulheres na FT estadual.

Mais relevante do que esses aspectos, destaca-se uma evidência empírica até então jamais verificada na série temporal da PNAD Contínua, a de que a TPFT feminina no Rio Grande do Sul, no terceiro trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, ficou em níveis inferiores a 50,0%, quais sejam, 49,1% e 49,8% respectivamente (**Gráfico A**). Isso significa que o contingente de mulheres em idade ativa fora da FT, em ambos os trimestres, foi superior ao de mulheres que estavam na FT do Estado. Nesse sentido, no terceiro trimestre de 2020, havia 2.572 mil mulheres fora da FT, contra 2.484 mil na FT; e, no primeiro trimestre de 2021, esses contingentes correspondiam a 2.628 mil e 2.609 mil mulheres respectivamente.

O que tem sido argumentado por estudos a respeito da saída das mulheres da FT nesse contexto está relacionado com a percepção de que elas foram ainda mais penalizadas, durante a pandemia de Covid-19, com as atividades de trabalho doméstico e de cuidados com os integrantes vulneráveis das famílias, como os idosos e, especialmente, os filhos (ANDREW *et al.*, 2020; WELLER *et al.*, 2020; BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020; VELASCO, 2021). No que diz respeito a estes últimos, a suspensão de atividades de ensino presencial nas escolas trouxe consigo uma maior demanda de cuidados com as crianças e os adolescentes no âmbito das famílias, o que deve ter afetado mais intensamente as condições das mulheres para continuarem participando da FT.

Gráfico A - Taxa de participação na força de trabalho das mulheres no Rio Grande do Sul — 1.º trim./2012-2.º trim./2021

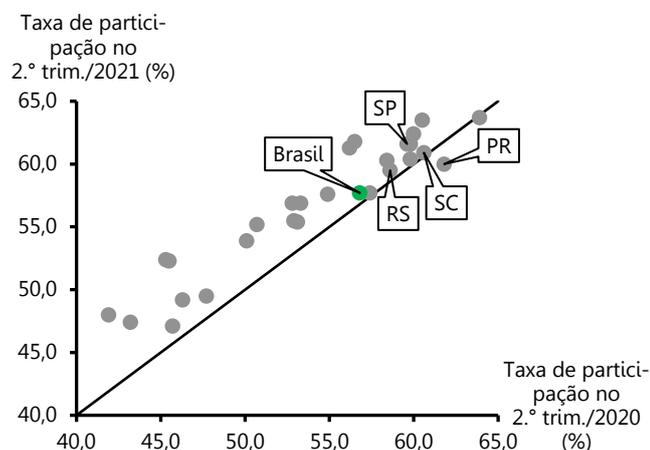


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c, 2021b).

corresponde aos indivíduos de 14 anos ou mais de idade, e é expressa em termos percentuais.

Caberia examinar brevemente a evolução da posição do RS, em termos de participação na FT, em relação a todas as unidades da Federação (UFs), o que pode ser feito por meio do **Gráfico 2**. Como consideração preliminar, é possível identificar que o movimento geral da TPFT entre as UFs, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o segundo trimestre de 2020, foi de recuperação, pois, para 25 delas, esse indicador situava-se acima da linha de 45 graus do gráfico de dispersão. Conforme se pode constatar nesse gráfico, o RS tinha, no 2.º trim./2021, a 12.ª maior TPFT entre as 27 UFs do País. Assim, o Estado caiu três posições no *ranking* do indicador sob análise entre as UFs, uma vez que a sua TPFT ocupava a 9.ª posição no 2.º trim./2020.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 2.º trim./2020 e 2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

O contingente de pessoas na FT evidenciou um incremento de 2,0% no RS, no 2.º trim./2021, em relação ao primeiro trimestre desse mesmo ano (**Tabela 1**). Esse aumento foi bastante próximo ao do País (1,8%) e ao de SP (2,2%), mas foi inferior ao de SC (2,7%). Nessa referência comparativa, o Paraná teve uma oscilação de -2,3% em sua FT, sendo essa sem significância estatística. Em termos interanuais, a FT registrou crescimento de 2,8% no RS, desempenho bastante inferior à média do País (6,3%) e ao de São Paulo (6,1%), mas superior ao de Santa Catarina e ao do Paraná, cujas oscilações da FT não tiveram significância estatística. Mesmo no RS, em São Paulo e no País, esses acréscimos dos contingentes de pessoas na FT não foram suficientes para recuperar as retrações verificadas no 2.º trim./2020.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim./2020, 1.º trim./2021 e 2.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)			VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2020	1.º Trim./2021	2.º Trim./2021	2.º Trim./2021 1.º Trim./2021	2.º Trim./2021 2.º Trim./2020
Brasil	96.138	100.455	102.235	(1)1,8	(1)6,3
RS	5.675	5.718	5.833	(1)2,0	(1)2,8
SC	3.716	3.663	3.761	(1)2,7	1,2
PR	5.896	5.917	5.780	-2,3	-2,0
SP	23.051	23.936	24.451	(1)2,2	(1)6,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

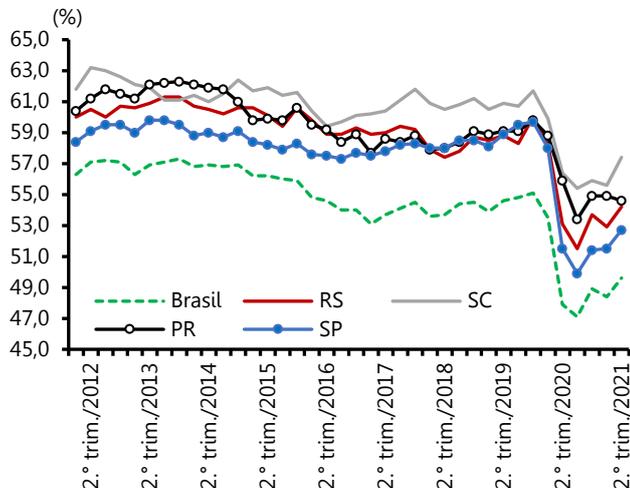
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

De acordo com o que foi mostrado em números anteriores deste boletim, o nível de ocupação (NO)² do RS teve uma queda abrupta na recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e pela estiagem em 2020, tendo-se deteriorado até o 3.º trim./2020 (BOLETIM..., 2020b, 2021). A recuperação parcial verificada desse indicador, no 4.º trim./2020, foi insuficiente para repor as perdas por ele sofridas na conjuntura econômica imediatamente anterior.

O NO do RS teve um acréscimo de 1,3 ponto percentual na comparação do 2.º trim./2021 com o 1.º trim./2021, passando a se situar em 54,2% (**Gráfico 3**). Esse desempenho foi próximo ao do País e ao de São Paulo, cujos NOs evidenciaram um incremento de 1,2 ponto percentual, e inferior ao de Santa Catarina (aumento de 1,8 ponto percentual); nessa referência comparativa, o NO do Paraná ficou estável. As oscilações do NO do RS, de demais estados da Região Sul e de São Paulo, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o mesmo trimestre de 2020, configuraram uma situação de estabilidade, uma vez que não tiveram significância estatística. Já o NO do País, nessa mesma base comparativa, teve um incremento de 1,7 ponto percentual.

² O nível de ocupação é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela população em idade de trabalhar (pessoas de 14 anos ou mais), sendo expresso em termos percentuais.

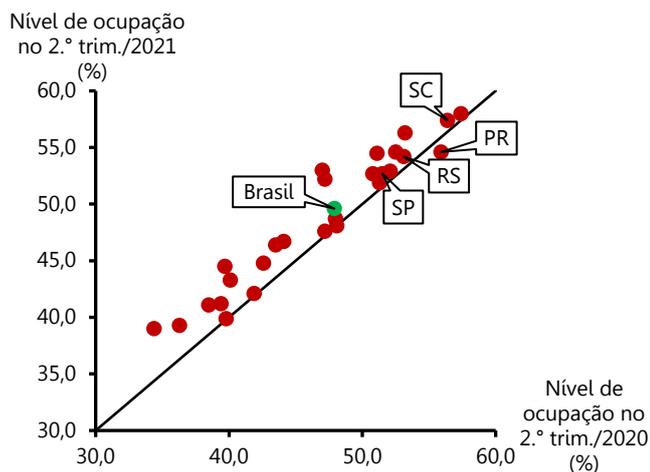
Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

É possível ter uma noção da posição do RS no ranking do NO de todas as UFs através do **Gráfico 4**, cujos dados são relativos aos segundos trimestres de 2020 e 2021. No 2.º trim./2020, o RS tinha o quinto maior NO entre as UFs, sendo superado somente por Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. No mesmo trimestre de 2021, o NO do Estado passou a situar-se na sétima posição, sendo nele também superado por Espírito Santo e Distrito Federal.

Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil nas unidades da Federação — 2.º trim./2020 e 2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Quanto ao contingente de ocupados, esse teve um aumento de 126 mil pessoas no RS, na comparação

³ Segundo a delimitação do IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), os trabalhadores por conta própria sem CNPJ e os trabalhadores

do 2.º trim./2021 com o primeiro trimestre do mesmo ano (variação de 2,4%), e de 178 mil na comparação interanual (variação de 3,5%) — **Tabela 2**. Deve-se ter presente que este último comportamento se refere a uma base de comparação muito baixa, uma vez que o contingente de ocupados havia tido uma grande retração no segundo trimestre de 2020. Utilizando-se a referência interanual, o desempenho do Estado foi superior ao de Santa Catarina e ao do Paraná, e inferior ao de São Paulo e ao do agregado nacional.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim./2020, 1.º trim./2021 e 2.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)			VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2020	1.º Trim./2021	2.º Trim./2021	2.º Trim./2021 1.º Trim./2021	2.º Trim./2021 2.º Trim./2020
Brasil	83.347	85.650	87.791	(1)2,5	(1)5,3
RS	5.140	5.193	5.318	(1)2,4	(1)3,5
SC	3.458	3.435	3.542	(1)3,1	2,4
PR	5.332	5.365	5.256	-2,0	-1,4
SP	19.918	20.447	20.925	(1)2,3	(1)5,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Nota: Contingentes de ocupados no trabalho principal.

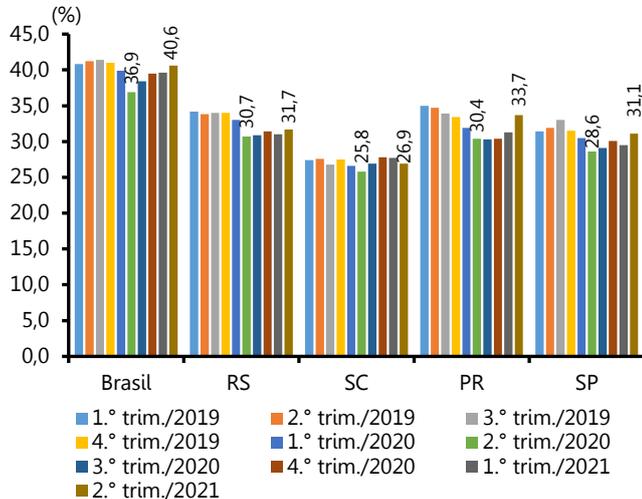
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Como é reconhecido e também já foi destacado em número anterior deste boletim, os trabalhadores informais foram mais negativamente atingidos, em 2020, pela recessão econômica (ILO, 2020; VELASCO, 2021; BOLETIM..., 2020a). Conforme se pode constatar no **Gráfico 5**, a taxa de informalidade (TI)³ evidenciou uma queda acentuada até o 2.º trim./2020 no RS, no País e nas demais UFs, para posteriormente passar por um processo de elevação. No 2.º trim./2021, a TI do RS estava 1,0 ponto percentual acima daquela verificada no mesmo trimestre do ano anterior, variação inferior à do indicador no âmbito nacional (3,7 pontos percentuais), à do Paraná (3,3 pontos percentuais), à de São Paulo (2,5 pontos percentuais), mas muito próxima à de Santa Catarina (1,1 ponto percentual). Ainda assim, assinala-se que, para o RS, o País e as UFs que constam do **Gráfico 5**, a TI se mantinha, no 2.º trim./2021, em níveis inferiores àqueles registrados no 2.º trim./2019, sendo

familiares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma destas categorias, sendo expressa como percentual do contingente total de ocupados.

o hiato existente no RS o mais acentuado (-2,1 pontos percentuais).

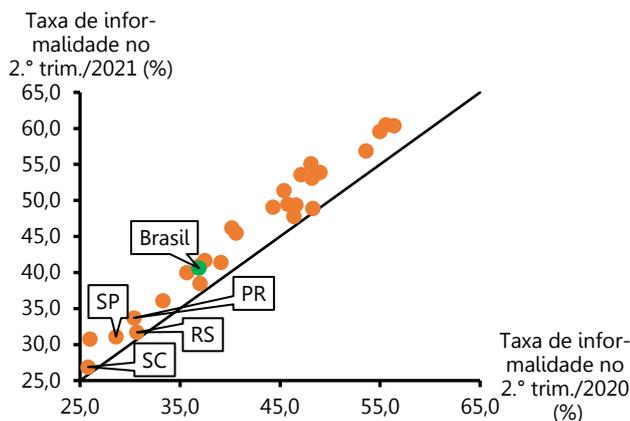
Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Para se conhecer a posição do RS em relação a todas as UFs, no que diz respeito à TI, esse indicador pode ser nelas observado nos segundos trimestres de 2020 e de 2021 (**Gráfico 6**). No segundo trimestre de 2020, o RS tinha a quinta menor TI entre as UFs; esse indicador era inferior ao do Estado somente em Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo e Paraná. No mesmo trimestre de 2021, o RS havia passado a ter a quarta menor TI, com o indicador situando-se em nível mais baixo apenas em Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo. Pode-se ainda perceber, no **Gráfico 6**, que o movimento geral entre as UFs, na comparação dos segundos trimestres de 2020 e 2021, foi o de elevação da TI, uma vez que todas as observações estão acima da sua linha de 45 graus.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil nas unidades da Federação — 2.º trim./2020 e 2.º trim./2021



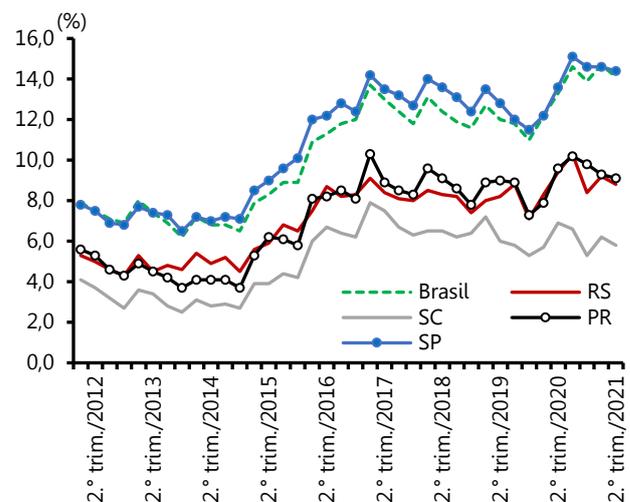
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A recessão econômica provocada pela pandemia de Covid-19 e pela estiagem no RS trouxe consigo um aumento da taxa de desocupação (TD), a qual atingiu, no 3.º trim./2021, o nível máximo global da série temporal da PNAD Contínua, iniciada em 2012 (BOLETIM..., 2021).

No segundo trimestre de 2021, em relação ao primeiro, a TD, no RS, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, manteve-se estável, mas evidenciou retração na média nacional (-0,6 ponto percentual) — **Gráfico 7**. Quando cotejado com o do 2.º trim./2020, esse indicador permaneceu estável no RS, no Paraná e em São Paulo, apresentou redução em Santa Catarina (-1,1 ponto percentual) e elevação no âmbito nacional (mais 0,8 ponto percentual).

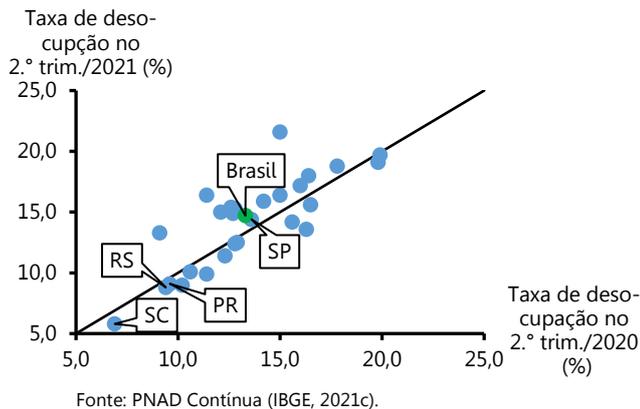
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Quanto à evolução da posição relativa do RS na totalidade das UFs, em termos da TD, nos segundos trimestres de 2020 e 2021, o Estado registrava o segundo menor nível desse indicador, ficando em desvantagem somente em comparação à Santa Catarina (**Gráfico 8**). Esse gráfico de dispersão também permite constatar que não houve um predomínio nítido do sinal da oscilação da TD entre as UFs na referência comparativa por ele contemplada, uma vez que 14 delas estão acima e 13 estão abaixo da linha de 45 graus.

Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil nas unidades da Federação — 2.º trim./2020 e 2.º trim./2021



O contingente de desocupados no RS, assim como em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e no âmbito do País, ficou estável, ao se cotejar o 2.º trim./2021 com o primeiro trimestre desse mesmo ano, pois as suas oscilações não tiveram significância estatística (**Tabela 3**). No 2.º trim./2021, o Estado possuía 514 mil desocupados. Já na comparação interanual, o contingente de desocupados manteve-se estável no RS e no Paraná, diminuiu em Santa Catarina (-14,9%) e aumentou em São Paulo (12,5%) e no agregado nacional (12,9%).

Tabela 3 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim./2020, 1.º trim./2021 e 2.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)			VARIÇÃO %	
	2.º Trim./2020	1.º Trim./2021	2.º Trim./2021	2.º Trim./2021 1.º Trim./2021	2.º Trim./2021 2.º Trim./2020
Brasil	12.791	14.805	14.444	-2,4	(1) 12,9
RS	535	526	514	-2,2	-3,9
SC	257	228	219	-4,1	(1) -14,9
PR	564	553	524	-5,1	-7,1
SP	3.133	3.489	3.526	1,1	(1) 12,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

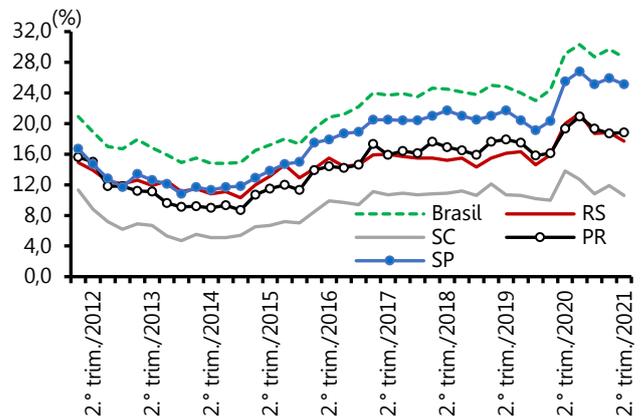
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Utilizando-se agora o mais amplo indicador de medição da subutilização da FT — a taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)⁴ —, este evidenciou, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o primeiro, estabilidade no RS, no Paraná e em São Paulo, e redução em Santa Catarina (-1,3 ponto percentual) e no País (-1,1 ponto percentual) — **Gráfico 9**. Ao se cotejar o segundo trimestre de 2021 com o mesmo trimestre

⁴ A taxa composta de subutilização da FT é assim obtida: TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.

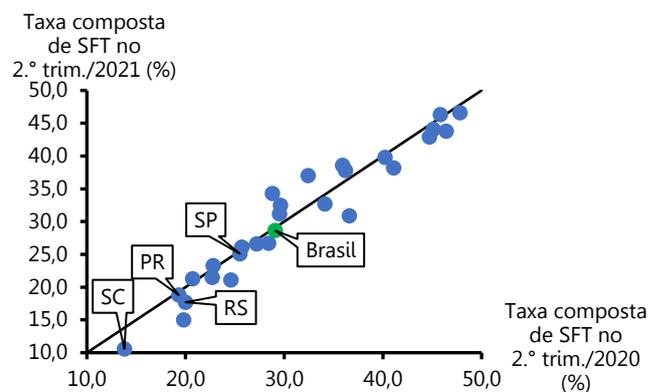
de 2020, a TCSFT registrou queda no RS (-2,3 pontos percentuais), em Santa Catarina (-3,2 pontos percentuais), e estabilidade no Paraná, em São Paulo e no agregado nacional.

Gráfico 9 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2021



Valendo-se da TCSFT, procura-se verificar a posição relativa do RS no quadro geral das UFs, na conjuntura sob análise (**Gráfico 10**). De acordo com o que se pode perceber, o RS detinha, entre as UFs, a quarta menor TCSFT no 2.º trim./2020, que era de 20,0%. Nesse mesmo trimestre de 2021, o Estado passou a ter a terceira menor TCSFT (17,7%) — somente Santa Catarina e Mato Grosso possuíam uma TCSFT inferior à do RS. Assinale-se que o nível da TCSFT no RS, neste último trimestre, era mais de duas vezes superior ao da sua TD (8,8%), o que permite redimensionar o tamanho da subutilização da FT.

Gráfico 10 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil nas unidades da Federação — 2.º trim./2020 e 2.º trim./2021



A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial. Ver a respeito, OIT (2013) e IBGE (2016).

Quanto ao número absoluto de pessoas que correspondem à agregação das **medidas** que compõem a TCSFT, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o primeiro trimestre do mesmo ano, houve estabilidade no RS, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo, uma vez que as suas respectivas oscilações não tiveram significância estatística; no âmbito nacional, ocorreu retração desse contingente (-3,0%) — **Tabela 4**. Na comparação interanual do contingente sob análise, ocorreu redução no RS (-11,1%, ou menos 135 mil pessoas), em Santa Catarina (-23,9%), e estabilidade no Paraná, em São Paulo e no País.

Tabela 4 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim./2020, 1.º trim./2021 e 2.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)			VARIACÃO %	
	2.º Trim./2020	1.º Trim./2021	2.º Trim./2021	2.º Trim./2021 1.º Trim./2021	2.º Trim./2021 2.º Trim./2020
Brasil	31.946	33.202	32.209	(1)-3,0	0,8
RS	1.215	1.136	1.080	-5,0	(1)-11,1
SC	537	452	409	-9,5	(1)-23,9
PR	1.210	1.167	1.150	-1,5	-5,0
SP	6.496	6.699	6.501	-3,0	0,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

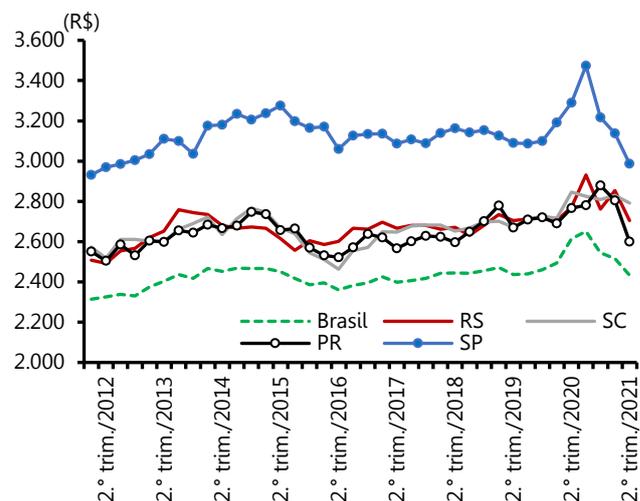
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio real habitual dos ocupados teve um desempenho positivo até o terceiro trimestre de 2020, tanto no Estado quanto no âmbito nacional, provavelmente refletindo um efeito de composição da ocupação, na medida em que aqueles trabalhadores cujos rendimentos eram mais baixos estavam sendo mais negativamente atingidos pela recessão econômica, no sentido da perda das suas ocupações (BOLETIM..., 2020b; MAURIZIO, 2021; CARVALHO, 2021). No quarto trimestre de 2020, todavia, o rendimento médio real habitual no RS evidenciou uma retração expressiva.

Na comparação do segundo com o primeiro trimestre de 2021, o rendimento médio real habitual no RS teve uma queda de 5,2%, mais intensa do que a do País (-3,3%), enquanto, em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, este ficou estável, uma vez que as suas oscilações não tiveram significância estatística (**Gráfico 11**). Ao se cotejar o segundo trimestre de 2021 com mesmo

trimestre do ano anterior, o rendimento médio real habitual manteve-se estável no RS e em Santa Catarina, e evidenciou reduções em São Paulo (-9,2%), no Paraná (-6,0%) e no País (-6,9%).

Gráfico 11 - Rendimento médio real habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2021



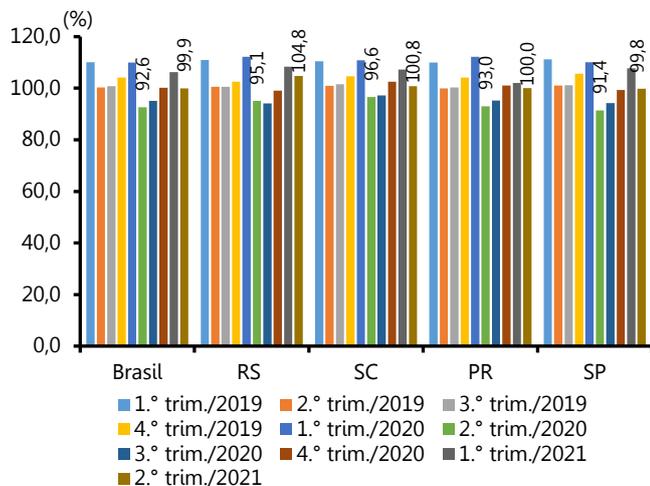
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual do trabalho principal.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2021.

O rendimento médio real efetivo tem uma maior capacidade de apreender a sazonalidade e os choques econômicos de curto prazo que incidem sobre o mercado de trabalho. De acordo com o que se pode constatar no **Gráfico 12**, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual sofreu uma queda abrupta no 2.º trim./2020, no RS, no País e nas outras UF's. Após, essa proporção passou por um processo de recuperação, aproximando-se, no 1.º trim./2021, dos patamares do mesmo trimestre de 2020 — à exceção do Paraná. No 2.º trim./2021, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual voltou a evidenciar retração no RS (-3,6 pontos percentuais), sendo esta menos intensa do que as de São Paulo (-7,9 pontos percentuais), Santa Catarina (-6,4 pontos percentuais), e a do País (-6,3 pontos percentuais), mas superior à do Paraná (-2,0 pontos percentuais). Não obstante esse comportamento adverso do rendimento médio real efetivo em relação ao habitual no 2.º trim./2021, tanto no RS quanto nas outras três UF's sob análise e no País, as respectivas proporções situavam-se em níveis acima daquelas existentes no 2.º trim./2020.

Gráfico 12 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-2.º trim./2021



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

A massa de rendimento real habitual dos ocupados ficou estável no RS, bem como nos outros dois estados da Região Sul, em São Paulo e no âmbito do País, na comparação do segundo com o primeiro trimestre de 2021 (**Tabela 5**)⁵. Em termos do comportamento interanual desse indicador, também se constata uma situação de estabilidade da massa de rendimento habitual dos ocupados, à exceção do Paraná, que registrou retração de 7,5%. Esta última foi determinada, principalmente, pela queda do rendimento médio real habitual no Paraná na mesma referência comparativa.

Tabela 5 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 2.º trim./2020, 1.º trim./2021 e 2.º trim./2021

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ milhões)			VARIACÃO %	
	2.º Trím./2020	1.º Trím./2021	2.º Trím./2021	2.º Trím./2021 1.º Trím./2021	2.º Trím./2021 2.º Trím./2020
Brasil	219.268	216.689	215.490	-0,6	-1,7
RS	14.147	14.681	14.279	-2,7	0,9
SC	9.805	9.648	9.840	2,0	0,4
PR	14.789	14.902	13.685	-8,2	(1)-7,5
SP	66.845	65.762	64.109	-2,5	-4,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2021c).

Nota: Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Buscando-se fazer uma síntese das evidências empíricas do desempenho do mercado de trabalho do RS no **segundo trimestre de 2021**, os seguintes aspectos podem ser elencados:

- a **taxa de participação na força de trabalho**, no Estado, teve acréscimo frente ao primeiro trimestre de 2021; este foi superior ao do País e ao do Paraná, semelhante ao de São Paulo e inferior ao de Santa Catarina; em comparação ao mesmo trimestre de 2020, o indicador manteve-se estável no RS, assim como em Santa Catarina; no País e em São Paulo, houve elevação, e, no Paraná, queda;
- o **nível de ocupação** do RS aumentou em relação ao primeiro trimestre de 2021, sendo o seu incremento próximo ao do País e ao de São Paulo, superior ao do Paraná e inferior ao de Santa Catarina; na comparação interanual, o nível de ocupação do Estado, assim como os de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, registrou estabilidade, enquanto o do País evidenciou aumento;
- a **taxa de informalidade** do Estado elevou-se no 2.º trimestre de 2021, frente ao trimestre imediatamente anterior; tal acréscimo foi inferior aos do País, do Paraná e de São Paulo; Santa Catarina registrou redução da taxa de informalidade nessa referência comparativa; quando se coteja o segundo trimestre de 2021 com mesmo trimestre de 2020, a taxa de informalidade do RS também evidenciou aumento; este foi semelhante ao de Santa Catarina e inferior ao do País, ao do Paraná e ao de São Paulo;
- a **taxa de desocupação** do RS permaneceu estável, tanto na comparação com o primeiro trimestre de 2021 quanto em relação ao segundo trimestre de 2020; comportamento semelhante foi verificado no Paraná e em São Paulo; no País, o indicador teve redução frente ao primeiro trimestre de 2021 e aumento em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior; nesta última referência comparativa, Santa

⁵ Nessa referência comparativa, as oscilações da massa de rendimento real habitual não tiveram significância estatística.

Catarina registrou redução da taxa de desocupação;

- (e) a **taxa composta de subutilização da força de trabalho**, no RS, ficou estável na comparação entre o segundo trimestre de 2021 e o primeiro; esse comportamento foi semelhante ao do Paraná e ao de São Paulo, enquanto o País e Santa Catarina tiveram redução do nível do indicador; já na comparação com o segundo trimestre de 2020, a taxa composta de subutilização da força de trabalho registrou queda no RS e em Santa Catarina e estabilidade no País, no Paraná e em São Paulo;
- (f) o **rendimento médio real habitual dos ocupados** no RS teve redução frente ao primeiro trimestre de 2020, assim como no País, enquanto, em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, permaneceu estável; na comparação interanual, o indicador evidenciou estabilidade no RS e em Santa Catarina e teve reduções no País, em São Paulo e no Paraná; e
- (g) a **massa de rendimento real habitual dos ocupados** ficou estável no RS, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo e no País, na comparação do segundo trimestre de 2021 com o primeiro; quanto à comparação interanual do indicador, também se constatou uma situação de estabilidade, excetuando-se o Paraná, no qual ocorreu queda.

2 A EXPANSÃO DO EMPREGO FORMAL NO RS: DESEMPENHOS SETORIAIS, DIFERENÇAS REGIONAIS, ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES E MODALIDADES DE CONTRATO

Nesta seção, o foco da análise restringe-se ao comportamento dos vínculos formalizados de trabalho, no Estado e no País, utilizando como fonte o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), série estatística produzida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, a partir dos registros administrativos que os empregadores devem repassar ao Governo Federal. A série teve início em janeiro de 2020 e constitui-se em uma versão modificada do Caged; as alterações metodológicas e operacionais implementadas romperam a comparabilidade entre as duas pesquisas. A breve análise a seguir concentra-se nos 12 meses encerrados em agosto último (informação mais recente, publicada ao final de setembro) e no acumulado dos oito primeiros meses de 2021.

Mesmo que se trate de um intervalo de tempo não plenamente coincidente, de um universo bem mais restrito do mercado de trabalho e que se estejam aqui abordando registros administrativos de estabelecimentos empregadores, em lugar de uma pesquisa domiciliar respondida pelos trabalhadores, observam-se contrastes entre a dinâmica captada pelo Novo Caged e os resultados da PNAD Contínua, analisados na seção anterior.

De acordo com os resultados divulgados, os vínculos formais de trabalho, no Rio Grande do Sul, tiveram, em agosto último, um crescimento de 0,45% relativamente ao mês anterior (com a geração de 11,8 mil empregos); nos oito primeiros meses de 2021, acumularam um saldo positivo de 118,8 mil (4,70%); e, no transcurso dos últimos 12 meses para os quais há informações disponíveis, registraram expansão de 7,65%, uma vez que o número de admissões de trabalhadores, nesse período, superou em 188,1 mil o de desligamentos. O estoque, na terminologia utilizada na base de dados, de vínculos formais de trabalho no Estado encontrava-se, assim, ao final de agosto, em 2.645.621.

Para se compreender a expressiva variação detectada, especialmente no caso do resultado anualizado, deve-se ter presente a excepcionalidade da base de comparação que se encontra no ano passado, em que

o Estado enfrentou uma severa estiagem concomitantemente à eclosão da pandemia de Covid-19. Infelizmente, com a série do Novo Caged sendo tão recente, não se podem fazer recuos a “anos cheios” — para se evitarem as distorções decorrentes de fatores sazonais — anteriores a 2020. Apenas para recuperar um elemento já analisado em números anteriores deste boletim, o Rio Grande do Sul perdeu, somente nos meses de março e maio do ano passado, mais de 120 mil vínculos formais de trabalho — sempre segundo o Novo Caged.

Mantendo-se os recortes temporais estabelecidos para esta análise, é importante destacar um outro elemento: a expansão observada no Estado foi inferior à do agregado nacional e à de grande parte das demais UFs, nos diferentes intervalos.

2.1 OS RESULTADOS DO ESTADO EM UMA PERSPECTIVA NACIONAL

Quando se observam os indicadores referentes ao conjunto do Brasil, a seus 26 estados e ao Distrito Federal, a recuperação do emprego formal no Rio Grande do Sul demonstra-se como uma das menos expressivas (**Tabela 6**). Uma primeira constatação digna de registro é que não há um resultado negativo sequer, para qualquer das UFs ou para o Brasil, em nenhum dos três intervalos considerados (a variação de agosto de 2021 frente ao mês anterior, o acumulado no ano em curso ou a comparação com o dado de 12 meses antes).

Com relação a julho último, o número de vínculos formais no País cresceu, em agosto de 2021, 0,9%; o percentual do Rio Grande do Sul, como se vê, foi a metade disso, posicionando o Estado na 26.^a colocação, entre as 27 UFs, superando apenas a do Acre. Trata-se de um intervalo de tempo em que a comparação é especialmente prejudicada pela diversidade dos ciclos de cada economia regional ao longo do ano, evidentemente. Quando se tomam os oito primeiros meses do ano em curso, a potencial distorção é um pouco abrangida, mas subsiste. De qualquer forma, a posição do mercado formal gaúcho, 22.^a, reforça a percepção de que o desempenho recente do emprego no Estado foi, relativamente, bastante desfavorável. Por fim, quando se toma um intervalo de 12 meses, que contorna a interferência de fatores sazonais, repete-se, para o RS, o 22.^o lugar no ordenamento das UFs. Entre o início de setembro de 2020 e o final de agosto de 2021, o crescimento relativo do número de vínculos formais de

trabalho no RS ultrapassou, somente, os de Amapá, Rondônia, Distrito Federal, Sergipe e Rio de Janeiro.

Nesse período, no agregado do Brasil, a variação foi de 8,35% — uma diferença de 0,7 ponto percentual com relação àquela verificada no RS. A dispersão nos resultados das 27 UFs foi, nesse caso, menor do que a observada no recorte dos oito primeiros meses de 2021. O melhor desempenho ocorreu em Roraima (11,63%) — seguindo-se Santa Catarina, Mato Grosso e Alagoas —, enquanto o pior — do Rio de Janeiro, como já foi referido — situou-se em 5,37%.

Tabela 6 - Variação absoluta (saldo) e relativa (%) do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — ago./2021, no acumulado de 2021 e em 12 meses

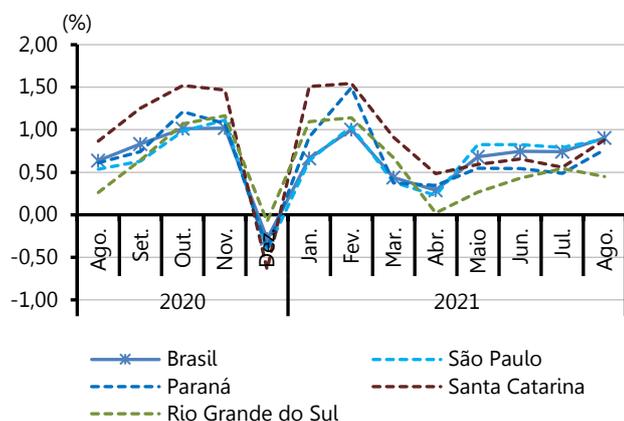
BRASIL E UFs	AGO/21 VERSUS JUL/2021				ACUMULADO EM 2021				12 MESES (SET/2020-AGO/2021)			
	Saldo	Ordem	Variação %	Ordem	Saldo	Ordem	Variação %	Ordem	Saldo	Ordem	Variação %	Ordem
Brasil	372.265	-	0,90	-	2.203.987	-	5,60	-	3.201.675	-	8,35	-
RR	592	0,98	12		3.131	5,42	16		6.345	11,63	1	
SC	20.305	5	0,88	15	158.946	3	7,36	3	234.660	3	11,26	2
MT	6.035		0,75	20	66.817		9,03	1	75.416		10,32	3
AL	5.456		1,55	3	3.647		1,03		32.642		10,07	4
AM	5.847		1,33	6	25.394		6,03	10	40.087		9,87	5
GO	11.667		0,87	16	100.978		8,10	2	119.651		9,74	6
TO	1.352		0,69	23	12.937		7,00	5	17.302		9,59	7
PA	8.757		1,08	9	53.563		6,96	6	71.595		9,53	8
CE	16.507	8	1,35	5	61.930		5,28	18	106.918		9,48	9
AC	346		0,38		6.041		7,16	4	7.800		9,44	10
MG	43.310	2	0,99	11	261.586	2	6,31	8	363.154	2	8,97	11
ES	5.824		0,75	21	39.447		5,32	17	64.264		8,97	12
RN	7.473		1,67	2	23.957		5,54	15	36.399		8,67	13
BA	17.882	6	1,00	10	98.806		5,80	11	142.933		8,61	14
MS	2.849		0,51	25	34.032		6,40	7	43.901		8,41	15
PR	21.973	4	0,76	19	153.696	4	5,60	14	224.467	4	8,39	16
PB	9.485		2,22	1	19.708		4,73	21	33.771		8,39	17
PI	2.823		0,91	13	17.960		6,06	9	24.312		8,38	18
SP	113.836	1	0,89	14	704.174	1	5,75	13	981.285	1	8,20	19
MA	4.343		0,83	17	28.964		5,78	12	39.999		8,16	20
PE	17.215	7	1,36	4	45.069		3,64		92.535		7,78	21
RS	11.801	9	0,45	26	118.816	5	4,70	22	188.098	5	7,65	22
AP	882		1,28	7	3.074		4,62		4.875		7,54	
RO	2.002		0,80	18	12.395		5,14	20	16.989		7,18	
DF	9.139		1,10	8	41.143		5,14	19	51.921		6,58	
SE	1.694		0,61	24	3.934		1,44		14.758		5,62	
RJ	22.960	3	0,71	22	104.256		3,30		166.271		5,37	
Não identificado	-90		-0,08	-	-414		-0,37	-	-673		-0,61	-

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Tomando-se a série de variações mensais do emprego, entre setembro de 2020 e agosto último, e restringindo a comparação aos estados da Região Sul, São Paulo e agregado do Brasil (**Gráfico 13**), observa-se, além da considerável convergência das tendências gerais, uma razoável alternância no ordenamento dos resultados, mesmo porque a série das variações mensais, evidentemente, sofre a influência dos ciclos sazonais,

que são diferenciados em cada economia regional. Ainda assim, chama a atenção o fato de que Santa Catarina ostenta resultados permanentemente superiores aos dos demais estados da Região Sul, nos 12 meses — com a única exceção de dezembro de 2020. Como foi visto anteriormente, essa UF acumulou a segunda maior variação de seu estoque de vínculos formais, dentre as 27, entre setembro de 2020 e agosto de 2021. Entre o agregado do Brasil e o RS, a melhor posição alterna-se ao longo da série, o que expressa, em parte, o padrão de sazonalidade desses dois recortes territoriais: conforme foi apontado em estudo anterior (FIORI; XAVIER SOBRINHO, 2012), suas curvas anuais são, *grosso modo*, "espelhadas", inversas.

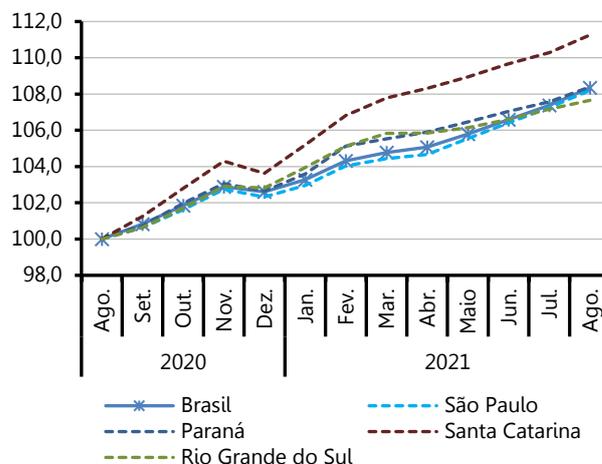
Gráfico 13 - Variações mensais do estoque de empregos formais no Brasil e em unidades da Federação selecionadas — ago./2020-ago./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Independentemente do modo como esses movimentos do estoque de empregados formais se distribuíram ao longo do período e das posições relativas das UFs ou do País a cada mês, no ordenamento dessas variações, o fato é que, como a **Tabela 6** apontou, o RS, ao longo dos últimos 12 meses, assumiu uma posição de menor dinamismo. No **Gráfico 14**, a partir dos mesmos dados, visualiza-se — por intermédio de números-índices, que têm por base (equivalente a 100) o mês de agosto de 2020 — a evolução mensal do contingente de trabalhadores com vínculos legalizados, nos mesmos recortes territoriais utilizados no **Gráfico 13**.

Gráfico 14 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e em unidades da Federação selecionadas — ago./2020-ago./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Nota: Os índices têm como base ago./2020 = 100.

Santa Catarina — que, conforme já foi mencionado, teve o segundo melhor desempenho do emprego formal, entre as 27 UFs, nos últimos 12 meses — aparece, nesse subconjunto, com sustentada vantagem sobre os demais recortes territoriais, ao longo de toda a série. O Rio Grande do Sul, que ao final de agosto de 2021 se encontrava na última colocação, tem, no período, muitos momentos em que supera o agregado do Brasil, o Paraná e/ou São Paulo. Na comparação com este último estado, o índice do mercado formal gaúcho foi superior na maior parte dos meses considerados; somente em julho último, foi superado, por uma diferença muito pequena, que se ampliou no último dado da série.

2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO EMPREGO FORMAL NO RS

Dando continuidade a uma tendência já apontada no último número deste boletim, a indústria teve, na geração do saldo positivo captado no mercado formal de trabalho do RS, uma participação mais do que proporcional ao seu peso na estrutura do emprego. Considerando-se, primeiramente, o acumulado nos oito primeiros meses de 2021 (**Tabela 7**), a indústria foi responsável por 38,8% do total de postos gerados, ao passo que, ao final desse período, sua fatia no emprego total era de 26,3%. O setor elevou em 46,1 mil o seu contingente no período, o que significou uma expansão de 7,1%, largamente superior aos 4,7% do agregado do Estado. O setor serviços tem a segunda variação mais elevada, mas já abaixo do percentual do

conjunto dos setores, atingindo 4,3%. O número de vagas por ele geradas (44,7 mil) é bem próximo ao registrado na indústria, o que lhe confere a participação de 37,6% no saldo positivo estadual, no período. Esse percentual, no entanto, é inferior ao peso do setor na estrutura do mercado formal (41,1% em agosto de 2021). A construção atinge elevação (4,2%) próxima à dos serviços, ficando o comércio com a quarta posição no ordenamento das variações de estoque de empregos formais (3,2%). Sua participação na geração do saldo dos oito primeiros meses foi de 16,8%, quando sua fatia na estrutura do mercado formal era, em agosto último, de 24,1%.

Tabela 7 - Variação do emprego formal, segundo o setor econômico, no Rio Grande do Sul — jan./2021-ago./2021

SETORES	SALDO EM JAN-AGO/2021	ESTOQUE EM AGO/2021	VARIA- ÇÃO %	PARTICIPA- ÇÃO % NO SALDO
Agropecuária	2.499	85.063	3,0	2,1
Comércio	19.919	638.739	3,2	16,8
Construção	5.537	137.006	4,2	4,7
Indústria	46.136	696.934	7,1	38,8
Serviços	44.725	1.087.879	4,3	37,6
TOTAL	118.816	2.645.621	4,7	100,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

A análise do arco de 12 meses, que evita distorções decorrentes dos padrões sazonais diferenciados conforme a atividade econômica, recoloca a indústria, e especialmente seu segmento majoritário, a indústria de transformação, em posição dianteira na geração de saldos de empregos (**Tabela 8**). Como já foi referido, entre agosto de 2020 e agosto de 2021, o RS registrou um acréscimo de 7,7% no total de vínculos formais de trabalho. A expansão da indústria atingiu 10,3% — 10,7% quando se considera apenas a indústria de transformação, seu segmento amplamente majoritário —, a mais intensa, seguida pelo comércio (8,4%), que havia sido, ao lado dos serviços, especialmente atingido pela drástica contração do emprego que caracterizou os meses de março a maio de 2020, na esteira da eclosão da pandemia de Covid-19. Logicamente, com essa variação superior à do agregado dos setores, a indústria e o comércio esboçam marginais expansões de suas participações relativas na estrutura do emprego gaúcho, no período em análise. Os outros três grandes setores têm elevações de 6,2% (construção), 6,1% (serviços) e 3,7% (agropecuária).

Tabela 8 - Variação do emprego formal, segundo o setor econômico, no Rio Grande do Sul — set./2020-ago./2021

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM SET/20- AGO/21	VARIA- ÇÃO %	ESTOQUE EM AGO/2021	PARTICIPAÇÃO %	
				Esto- que	Saldo
Agropecuária	3.020	3,7	85.063	3,2	1,6
Comércio	49.504	8,4	638.739	24,1	26,3
Construção	8.023	6,2	137.006	5,2	4,3
Indústria	65.181	10,3	696.934	26,3	34,7
Indústria de transformação	64.444	10,7	665.623	25,2	34,3
Serviços	62.370	6,1	1.087.879	41,1	33,2
TOTAL	188.098	7,7	2.645.621	100,0	100,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Desagregando-se os dados setoriais em uma abertura bem mais pormenorizada (**Tabela 9**), as chamadas Divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), constata-se que os cinco saldos mais expressivos, em números de vínculos formais, no período, contemplaram comércio, indústria e serviços. Foram eles, pela ordem: o comércio varejista (34,8 mil empregos adicionais), fabricação de máquinas e equipamentos (11,8 mil), o segmento industrial coureiro-calçadista (11,7 mil), atividades de atenção à saúde humana (10,7 mil) e o comércio atacadista (10,1 mil).

Tabela 9 - Variação (saldos e %) do emprego formal em divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e no total do RS — set./2020-ago./2021

DIVISÕES SELECIONADAS DA CNAE	SALDO EM SET/20- AGO/21	VARIA- ÇÃO %	ESTOQUE EM AGO/21
Comércio varejista	34.826	8,1	465.210
Fabricação de máquinas e equipamentos	11.759	20,8	68.322
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	11.738	14,0	95.484
Atividades de atenção à saúde humana	10.690	6,8	167.816
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	10.135	10,1	110.911
Fabricação de produtos alimentícios	5.335	4,0	139.806
Transporte terrestre	1.564	1,3	121.343
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	1.430	91,7	2.990
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	1.010	35,4	3.860
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	11.371	23,1	11.371
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1.343	22,7	7.263
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	-42	-7,1	549
Transporte aéreo	-118	-5,9	1.896
Serviços de assistência social sem alojamento	-234	-3,2	7.175
Atividades de serviços financeiros	-259	-0,6	46.622
Correio e outras atividades de entrega ...	-418	-4,1	9.731
Fabricação de produtos do fumo	-2.258	-21,2	8.390
Total do RS	188.098	7,7	2.645.621

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

Nota: Foram selecionadas as divisões da CNAE 2.0 com os resultados extremos (os mais elevados, assinalados com tom esverdeado; os mais baixos, com avermelhado); no caso dos estoques de agosto de 2021, consideraram-se apenas os maiores.

Pelo critério da expansão relativa dos contingentes empregados, no mesmo período — e desconsiderando-se divisões com estoques inferiores a 1.000 trabalhadores, em agosto último, no Estado —, destacam: fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (91,7%), que, nesse caso, se concentra na produção de embarcações; atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (35,4%); manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (23,1%); outras atividades profissionais, científicas e técnicas (22,7%).

Das 87 divisões em que se estrutura a CNAE 2.0, o Estado teve retração do emprego em 13, no período de 12 meses que se encerrou em agosto último. Seja pelo montante de vínculos perdidos, seja pelo percentual, o destaque é a indústria do fumo (-2,3 mil empregos, ou -21,2%). A segunda redução mais expressiva, relativamente, foi de atividades artísticas, criativas e de espetáculos (-7,1%), mas aqui se tinha um contingente registrado de apenas 549 vínculos, ao final do intervalo analisado. Correio e outras atividades de entrega registrou a segunda maior perda absoluta de postos (-418, que representaram -4,1% de diminuição).

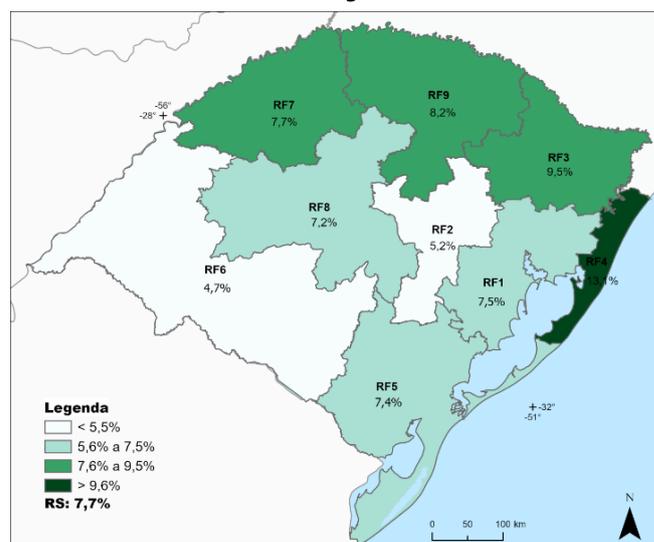
2.3 A EXPANSÃO DIFERENCIADA DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

Nos 12 meses que se encerraram em agosto último, as nove Regiões Funcionais (RFs) em que o Rio Grande do Sul é subdividido para fins de planejamento registraram crescimento do estoque de vínculos formais de trabalho. As magnitudes das variações, por sua vez, expressam a heterogeneidade desses territórios em múltiplas dimensões — como suas estruturas produtivas, dinâmicas concorrenciais, competitividade etc. —, condicionadas por fatores de várias ordens, os quais sofreram impactos também diferenciados devido às contingências da emergência sanitária.

Como se observa no **Mapa 1**, as variações do emprego, no período, distribuíram-se entre um mínimo de 4,7%, na RF6 (Campanha e Fronteira Oeste) — a qual pode ter sido especialmente prejudicada pela incidência da estiagem sobre a agropecuária e por seus efeitos encadeados sobre o conjunto da economia regional — e um máximo de 13,1% na RF4 (Litoral), que repete a posição de larga dianteira frente às demais, já observada no número anterior deste boletim, quando se tomava o dado anualizado de junho de 2020 a maio de 2021. A forte expansão do mercado formal de trabalho nos municípios litorâneos — 5,4 pontos percentuais

superior à do agregado do Estado — pode expressar um movimento de transferência de domicílio de famílias residentes em outros núcleos urbanos do Estado, que, dispondo de imóveis até então utilizados apenas para períodos de lazer no Litoral Norte, optaram por neles se fixarem, a partir do momento em que, diante da proliferação da Covid-19, o isolamento social foi recomendado, e vários processos de trabalho passaram a ser realizados remotamente.

Mapa 1 - Variação do estoque de empregados formais nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — set./2020-ago./2021



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2021b).

O segundo desempenho mais pálido foi o da RF2, que abrange os Vales do Taquari e do Rio Pardo. O desempenho negativo, acima assinalado, do emprego na indústria de produtos do fumo, bastante importante na estrutura produtiva da região, foi, seguramente, um dos elementos que influenciou tal resultado.

As RFs posicionadas no norte do Estado, cujo desempenho forma um segundo grupo de destaques positivos, seguindo-se à liderança do Litoral, tiveram decisiva influência da indústria de transformação, cujo dinamismo foi apontado acima. No caso das RFs 7 e 9, pesou a importante participação, nessas economias regionais, da indústria de máquinas e equipamentos, que foi a divisão da CNAE 2.0 a gerar o segundo maior saldo de vínculos formais no Rio Grande do Sul, nos 12 meses encerrados em agosto de 2021, como foi visto. Já a RF3, da Serra, tem uma estrutura industrial ainda mais pujante, com um peso destacado na distribuição setorial do emprego regional, e bem mais diversificada.

2.4 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

Nesta subseção do texto, mantém-se o recorte temporal de análise, que abarca os 12 últimos meses com informações disponíveis no Novo Caged, e analisam-se algumas características pessoais dos indivíduos “adicionados” ao contingente dos que têm vínculos formais de trabalho. Devido à natureza dessa base estatística, que enfatiza as movimentações e não os estoques de trabalhadores, aborda-se aqui a distribuição, segundo categorias analíticas selecionadas, dos saldos, isso é, dos contratos incrementais (diferença entre admissões e desligamentos) gerados entre setembro de 2020 e agosto de 2021.

Inicialmente, pode-se constatar que o saldo adicional de empregos produzido no Estado nesse período foi bastante bem distribuído entre homens (50,6%) e mulheres (49,4%), uma virtual equidade de gênero que ainda não se verifica, em mesmo grau, na estrutura da população economicamente ativa e na estrutura do emprego formal (**Tabela 10**).

Quando se trata das faixas de escolaridade, nenhum dos intervalos apresentou retração. Houve forte predomínio do segmento que tem o ensino médio como formação, que representou 60,2% do saldo do emprego formal (113,2 mil trabalhadores engajados no período). Essa categoria vem crescendo tendencialmente de importância na estrutura do emprego formal, tendo atingido (apenas para se tomar uma referência não diretamente comparável) 43,9% na última edição disponível da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2019, o que indica que sua fatia no saldo dos últimos 12 meses, segundo o Novo Caged, foi mais do que proporcional, apontando continuidade da ampliação de sua participação na ocupação formal. Por outro lado, os indivíduos diplomados em curso superior responderam por apenas 5,7% dos vínculos acrescidos ao estoque total do Estado, no período em análise, enquanto, na RAIS de 2019, já atingiam 21,2%.

Ao se analisar o comportamento da dinâmica do emprego por faixa etária, reencontra-se tendência já apontada nos números anteriores deste boletim: uma desproporcional representação dos mais jovens nos saldos, combinada com retrações absolutas no contingente de trabalhadores formais acima dos 50 anos. Entre setembro de 2020 e agosto último, 66,5% dos 188,1 mil vínculos incrementais gerados no RS couberam a

trabalhadores com 24 anos ou menos de idade. Na RAIS de 2019, sua fatia limitava-se a 15,0%. Inversamente, houve uma redução de 13,8 mil do estoque de indivíduos de 50 anos ou mais em vínculos formalizados de emprego, no Estado, entre setembro do ano passado e agosto de 2021. Esse segmento etário foi o único a encolher em números absolutos (em uma conjuntura em que a fonte apurou expansão de quase 8% do emprego total), valendo lembrar que seu peso na estrutura apreendida pela RAIS era de 19,6% ao final de 2019.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal, segundo atributos selecionados dos trabalhadores e modalidades de contratação selecionadas, no Rio Grande do Sul — set./2020-ago./2021

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL		APRENDIZ	
	Saldo	Participação %	Saldo	Participação %
Sexo (total)	188.098	100,0	4.476	100,0
Homens	95.184	50,6	1.283	28,7
Mulheres	92.914	49,4	3.193	71,3
Escolaridade (total)	188.098	100,0	4.476	100,0
Analfabeto	686	0,4	4	0,1
Fundamental incompleto	9.719	5,2	297	6,6
Fundamental completo	10.426	5,5	406	9,1
Médio incompleto	28.437	15,1	5.102	114,0
Médio completo	113.219	60,2	-1.024	-22,9
Superior incompleto	14.824	7,9	-257	-5,7
Superior completo	10.787	5,7	-52	-1,2
Faixa etária (total)	188.098	100,0	4.476	100,0
Até 17 anos	27.283	14,5	12.401	277,1
De 18 a 24 anos	97.815	52,0	-7.952	-177,7
De 25 a 29 anos	29.165	15,5	1	0,0
De 30 a 39 anos	30.897	16,4	9	0,2
De 40 a 49 anos	16.763	8,9	6	0,1
De 50 a 64 anos	-9.250	-4,9	11	0,2
65 ou mais	-4.575	-2,4	-	0,0
Tipo de vínculo/total (%)	100,00	-	2,38	-

DISCRIMINAÇÃO	INTERMITENTE		TEMPORÁRIO	
	Saldo	Participação %	Saldo	Participação %
Sexo (total)	3.703	100,0	2.189	100,0
Homens	2.712	73,2	780	35,6
Mulheres	991	26,8	1.409	64,4
Escolaridade (total)	3.703	100,0	2.189	100,0
Analfabeto	13	0,4	104	4,8
Fundamental incompleto	261	7,0	-262	-12,0
Fundamental completo	308	8,3	-256	-11,7
Médio incompleto	260	7,0	-310	-14,2
Médio completo	2.482	67,0	2.891	132,1
Superior incompleto	98	2,6	-81	-3,7
Superior completo	281	7,6	103	4,7
Faixa etária (total)	3.703	100,0	2.189	100,0
Até 17 anos	80	2,2	32	1,5
De 18 a 24 anos	827	22,3	843	38,5
De 25 a 29 anos	494	13,3	295	13,5
De 30 a 39 anos	1.052	28,4	530	24,2
De 40 a 49 anos	789	21,3	340	15,5
De 50 a 64 anos	446	12,0	147	6,7
65 ou mais	15	0,4	2	0,1
Tipo de vínculo/total (%)	1,97	-	1,16	-

Novo Caged (BRASIL, 2021b).

A base do Novo Caged permite filtrar três modalidades específicas de vínculos de trabalho (já computadas nos contingentes até aqui apresentados), a saber: trabalhadores aprendizes, intermitentes e temporários. Várias modificações recentes na regulação das relações de trabalho, com destaque para a chamada Reforma Trabalhista de 2017, têm sido implementadas, e essas três formas incluem uma modalidade nova (o trabalho intermitente) e duas que tiveram sua normatividade significativamente modificada, com ampliação da margem dos empregadores para delas lançar mão.

Tendo-se presente o contraste entre os “sinais” sobre o dinamismo do mercado de trabalho emitidos pelo Novo Caged e aqueles que advêm, por exemplo, da PNAD Contínua, abordada na seção 1 deste boletim, seria razoável formular-se a hipótese de que uma parcela bastante significativa dos saldos positivos de emprego captados pelos registros administrativos do mercado formal de trabalho seria atrelada a essas formas novas, mais distantes do perfil de relação de trabalho que até recentemente se associava ao emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tomando-se, no entanto, os resultados do período aqui analisado, constata-se que, dos 188,1 mil vínculos formais adicionais captados para o RS pelo Novo Caged, a soma das três modalidades referidas não ultrapassou 10,4 mil, ou 5,5%. A plataforma de acesso aos dados não fornece as estimativas de estoques para essas formas contratuais, apenas as movimentações e seus saldos. Desse montante de indivíduos acrescidos ao total de vínculos formais, a maior parte, 4,5 mil, é constituída por aprendizes; a seguir, 3,7 mil empregados com contratos intermitentes; por fim, 2,2 mil temporários.

Tomando-se apenas esses saldos de 12 meses, como indicação do perfil predominante dos trabalhadores que são engajados em cada um deles, observa-se que os contratos adicionais de aprendizado priorizaram o sexo feminino (mais de 70%), o ensino médio incompleto (já que a modalidade se vincula precipuamente à formação escolar nesse nível) e, pela mesma razão, a faixa etária de até 17 anos de idade. Já no que diz respeito ao trabalho intermitente, os atributos predominantes dos trabalhadores alteram-se: das contratações adicionais, mais de 70% envolveram, nesse caso, homens; a escolaridade já se concentra no ensino médio completo (67%); e a idade já é mais elevada, ficando o intervalo entre 25 e 49 anos com quase dois terços do saldo gerado nos 12 meses que se encerraram em agosto último. Por fim, o trabalho temporário,

no período, favoreceu, como o de aprendiz, as mulheres (64,4%); quase exclusivamente, indivíduos com o ensino médio completo; e, correspondendo à mais da metade, a faixa etária de até 29 anos.

* * *

O emprego formal no RS ostentou crescimento nos três recortes temporais aqui analisados (0,45% em agosto último, frente a julho; 4,7% nos oito primeiros meses de 2021; 7,7% no percurso de 12 meses), porém seus resultados estiveram, nos três casos, entre os menos positivos dentre as 27 UFs do País. A indústria de transformação foi, prolongando a tendência detectada nos últimos números deste boletim, o setor com mais intensa expansão absoluta e relativa, destacando-se os segmentos de máquinas e equipamentos; e couro e calçados. O comércio atingiu a segunda maior variação percentual, enquanto o setor serviços forneceu o segundo mais alto volume de novos vínculos, ainda que seu crescimento relativo tenha superado apenas o da agropecuária.

A Região Funcional do Estado com melhor desempenho relativo, entre setembro de 2020 e agosto de 2021, foi a RF4 (Litoral Norte), com 13,1% de expansão do emprego formal; em seguida, vêm as três RFs que se distribuem na fronteira norte do RS: a RF7, da Fronteira Noroeste; a RF9, Norte; e a RF3, que abarca a Serra. Os resultados menos favoráveis ocorreram na RF2, dos Vales do Taquari e do Rio Pardo, e na RF6, da Campanha.

Os vínculos formais de trabalho adicionados ao mercado nos últimos 12 meses, após uma drástica retração ocorrida entre março e maio de 2020, na esteira da chegada da pandemia de Covid-19 e da ocorrência de uma intensa estiagem no RS, foram bem distribuídos entre os gêneros e contemplaram especialmente indivíduos com ensino médio completo; do ponto de vista etário, privilegiaram de modo bastante desproporcional o engajamento de jovens até 24 anos.

Formas de contratação que foram instituídas — ou tiveram sua normatividade alterada — mais recentemente, notadamente o trabalho intermitente, o de aprendiz e os contratos temporários, tiveram, em conjunto, um peso de apenas 5,5% no total de vínculos formais acrescidos, entre setembro de 2020 e agosto de 2021, ao estoque do Estado.

REFERÊNCIAS

- ANDREW, A.; CATTAN, S.; COSTA DIAS, M.; FARQUHARSON, C.; KRAFTMAN, L.; KRUTIKOVA, S.; PHIMISTER, A.; SEVILLA, A. **The gendered division of paid and domestic work under lockdown**. Bonn: IZA, 2020. (Discussion Paper Series, n. 13500). Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp13500.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BARBOSA, A.; COSTA, J.; HECKSHER, M. Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes? **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, DF, v. 26, n. 69, p. 55-63, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_bmt%2069_web.PDF. Acesso em: 26 nov. 2020.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 2, 2020a. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/13172400-boletim-de-trabalho-do-rs-v-2-n-2-abr-2021-1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 3, 2020b. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/13172400-boletim-de-trabalho-do-rs-v-2-n-3-abr-2021-1.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/13172400-boletim-de-trabalho-do-rs-v-3-n-1-abr-2021-1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTP, 2021a. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas mensais do emprego formal**: novo CAGED: agosto de 2021. [Brasília, DF]: MTP, 2021b. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Ago2021/2-apresentacao.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**, Brasília, DF, n. 52, p. 1-17, jun. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.
- FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do Caged. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.
- IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, abr.-jun. 2021a. (Indicadores IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_2tri.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota Técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 9 set. 2021.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- ILO. **ILO Monitor third edition**: COVID-19 and the world of work. Geneva: International Labour Organization, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

MAURIZIO, R. **Empleo e informalidade en América Latina y el Caribe**: una recuperación insuficiente y desigual. Lima: OIT, 2021. (Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe.) Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 9 set. 2021.

VELASCO, J. La evolución de los mercados laborales de América Latina y el Caribe in 2020. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe**, Santiago, n. 24, p. 7-21, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46955/1/S2100277_es.pdf. Acesso em: 4 ago. 2021.

WELLER, J.; CONTRERAS, M.; CABALLERO, A.; TROPA, J. **El impacto de la crisis sanitaria del COVID-19 en los mercados laborales latino-americanos**. Santiago: CEPAL, 2020. (Documentos de proyectos). LC/TS.2020/90. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45864/4/S2000495_es.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

planejamento.rs.gov.br